

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**SÍLVIO REIS MATOS DE SOUZA**

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ENSINO PRATICADO NA UNIDADE  
PRISIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO DE CODÓ**

Codó, MA

2020

**SÍLVIO REIS MATOS DE SOUZA**

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ENSINO PRATICADO NA UNIDADE  
PRISIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO DE CODÓ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Franciele Monique Scopetc dos Santos.

Codó, MA  
2020

**SÍLVIO REIS MATOS DE SOUZA**

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ENSINO PRATICADO NA UNIDADE  
PRISIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO DE CODÓ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Franciele Monique Scopetc dos Santos (orientadora)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Profa. Ma. Maria Evelta Santos de Oliveira (co-orientadora)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Profa. Esp. Maria do Socorro Costa Quinzeiro  
Coordenadora do Parfor UFMA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Souza, Sílvio Reis Matos de.  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ENSINO PRATICADO NA  
UNIDADE PRISIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO DE CODÓ / Sílvio Reis  
Matos de Souza. - 2020.  
54 f.

Orientador(a): Franciele Monique Scopetc dos Santos.  
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,  
Universidade Federal do Maranhão, Codó-Ma, 2020.

1. Educação de Jovens, Adultos e Idosos. 2. Escola.  
Reintegração. 3. Unidade Prisional. I. Santos, Franciele  
Monique Scopetc dos. II. Título.

Dedico essa obra em especial a minha mãe, Marcelina, que foi uma mulher guerreira que com muitas dificuldades criou três filhos, e a realização deste sonho não seriam possível sem os seus ensinamentos.

Antes de tudo agradeço a Deus, que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas sempre me deu força para prosseguir nessa caminhada.

Nesse momento tão especial também agradeço a todos os meus familiares, meus filhos Mário Felipe, Silvia Letycia, e em especial a minha esposa Iramar de Almeida Alves, que em todos os momentos difíceis sempre me incentivou na busca da realização deste sonho. Agradeço toda a turma de pedagogia 2016.2

Agradeço indubitavelmente a paciência e orientação que mim foram prestadas pelas professoras Franciele Monique e Maria Evelta.

Agradeço a todas as pessoas que fizeram e fazem parte da Universidade Federal do Maranhão. Pessoal dos serviços gerais, vigilantes, e técnicos administrativo e as professoras (os), Profa. Ma. Kelly Almeida, Prof. Dra. Cristiane Dias, Prof. Ma. Severina Cavalcante, Profa. Ma. Gleiciane Brandão, Profa. Esp. Socorro Quinzeiro, Profa. Antônia Márcia, Profa. Ma. Lucinete Fernandes, Prof. Dr. Luís Serra, Prof. Dr. Aziel Arruda, Prof. Ma. Maria Evelta, até chegar à Direção na pessoa da Excelentíssima Prof. Dra. Franciele Monique. Seguramente todos contribuíram na realização desse sonho.

Agradeço à Secretaria Municipal de Educação, Ciências, Tecnologia e Inovação (SEMCTI), em especial a Coordenadora da Educação de Jovens, Adultos e Idosos –EJAI, da cidade de Codó. A professora Vera Maria Rodrigues Silva.

Agradeço aos Diretores da Unidade Prisional de Ressocialização de Codó, (UPR-Codó) na pessoa dos senhores: Willame Souza, Kelson Galiza, Thiego Soares. Aos agentes e auxiliares da UPR – Codó, além de internos e professoras (es) que atuam na Unidade Integrada Municipal Desembargador Sarney de Araujo Costa Anexo- UPR – Codó.

“Quando a educação não é libertadora o sonho do oprimido é ser opressor.”

Paulo Freire.

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva descrever o ensino ofertado na Unidade Integrada Municipal Desembargador Sarney Araújo Costa, Anexo – Unidade Prisional de Codó –, na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos e Idosos com os internos que retornaram para escola no cárcere, nas turmas do 1º e 2º segmentos. Deste modo, o estudo propõe-se averiguar o perfil dos alunos internos identificando os fatores que condicionaram a evasão escolar e os motivos que fizeram com que retornassem à escola. Dessa forma, o intuito desse estudo é desvelar os desafios e possibilidades do ensino ofertado ao sujeito privado de liberdade na Unidade Prisional de Codó. O trabalho também se figura com uma pesquisa de campo, de abordagem quanti-quantitativa. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando a fundamentação e o entendimento das questões levantadas. Para a realização desse trabalho foram utilizados como referenciais, Foucault (1987), Freire (2007), Gonçalves (2011), Paiva (1973), dentre outros. A coleta de dados ocorreu por meio de questionários semiestruturados respondidos pelas professoras e pelos alunos da referida escola. Os resultados apontam que a maioria dos internos tem acima de 30 anos e que boa parte destes recebe incentivo da família para continuar estudando. A procura por um trabalho foi descrita como principal motivo da evasão escolar ao passo que o desejo de aprender a ler e escrever e a possibilidade de transformação social são as razões pelas quais eles continuam frequentando a escola. Uma parte significativa dos estudantes evidenciou que possui o desejo de continuar os estudos quando sair do cárcere. Isso significa que apesar das circunstâncias, esses cidadãos têm consciência da importância da escola como reintegração e transformação social.

**Palavras chave:** Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Unidade Prisional. Escola. Reintegração.



## ABSTRACT

This research aims to describe the teaching offered in the Public School Desembargador Sarney Araújo Costa Annex - UPR Codó in the Youth and Adult and Elderly Education teaching modality with the interns who returned to school in prison, in the 1st and 2nd segments. In this way, the study aims to investigate the profile of internal students by identifying the factors that conditioned school evasion and the reasons why they returned to school. So, the purpose of this research is to unveil the challenges and possibilities of teaching offered to the person deprived of liberty at UPR-Codó. The task also represents a field research, with a descriptive qualitative approach. A bibliographic search was made seeking the foundation and understanding of the presented questions. To carry out this work, Foucault (1987), Freire (2007), Gonçalves (2011), Paiva (1973), were used as a theoretical framework and, among others. Data collection took place through semi-structured questionnaires answered by teachers and students from the school. The results show that the majority of the internal are over 30 years old and the most of them receive incentives from the family to continue their studies. The search for a job was described as the main reason for dropping out of school, while the desire to learn to read and write and the possibility of social transformation are the reasons why they continue to attend school. A significant part of the students shows that they have the desire to continue their studies when they leave prison. This means that despite the circumstances, these citizens are aware of the importance of the school as reintegration and social transformation.

**Keywords:** Youth, Adult and seniors Education. Prison Unit. School. Reintegration.

## LISTA DE GRÁFICOS

|                   |   |    |
|-------------------|---|----|
| <b>Gráfico 1:</b> | Qual o seu estado civil? .....  | 35 |
| <b>Gráfico 2:</b> | Qual a faixa etária? .....  | 35 |
| <b>Gráfico 3:</b> | Por qual motivo abandonaram os estudos? .....   | 36 |
| <b>Gráfico 4:</b> | Quais os motivos levaram eles a retornarem para escola na UPR-Codó, na modalidade de ensino EJAI? ..... | 37 |
| <b>Gráfico 5:</b> | Recebiam incentivos de familiares ou de outras pessoas para continuarem na escola? .....                | 38 |
| <b>Gráfico 6:</b> | Qual a atividade eles consideravam mais interessante na escola? .....                                   | 38 |

## LISTA DE SIGLAS

|          |   |
|----------|---|
| EJA      | Educação de Jovens e Adultos  |
| UPR-Codó | Unidade Prisional de Codó   |
| EJAI     | Educação de Jovens, Adultos e Idosos  |
| INEP     | Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos   |
| UNESCO   | Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura   |
| CEAA     | Campanha de Educação dos Adolescentes   |
| MOBRAL   | Movimento Brasileiro de Alfabetização   |
| LDB      | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  |
| UNICEF   | Fundação das Nações Unidas para a Infância  |
| COFINAE  | Conferência de Educação de Adultos  |
| PBA      | Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos   |
| PROJOVEM | Programa Nacional de Inclusão de Jovem Educação Qualificação e Ação Comunitária                                   |
| PROEJA   | Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos |
| SECAD    | Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade  |
| MEC      | Ministério da Educação  |
| FUNDEB   | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação           |
| PRONATEC | Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico Emprego   |
| SECADI   | Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  |
| PNE      | Plano Nacional de Educação  |
| EF       | Ensino Fundamental  |
| EM       | Ensino Médio  |
| PEE-MA   | Plano Estadual de Educação do Maranhão  |
| SEAP     | Secretaria de Administração Penitenciária   |
| PBA      | Programa Brasil Alfabetizado  |
| SESI     | Serviço Social da Indústria a Comércio  |
| ONG      | Organização Não Governamental   |
| SEMECTI  | Secretaria Municipal de Educação, Ciências, Tecnologia e Inovação   |
| PARFOR   | Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica  |

## SUMÁRIO

|            |   |           |
|------------|---|-----------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>11</b> |
| <b>1.1</b> | Objetivos.....  | 13        |
| 1.1.1      | Objetivo geral .....  | 13        |
| 1.1.2      | Objetivos específicos .....   | 13        |
| <b>2</b>   | <b>BREVE ABORDAGEM SOBRE A EJAI .....</b>                                   | <b>15</b> |
| <b>2.1</b> | Contexto histórico da EJAI no Brasil .....                                  | 15        |
| <b>2.2</b> | A EJAI no Plano Nacional de Educação .....                                  | 20        |
| <b>2.3</b> | A EJAI no Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão<br>(PEE-MA)..... | 22        |
| <b>2.4</b> | A EJAI nas Unidades Prisionais .....  | 23        |
| <b>2.5</b> | A EJAI na Unidade Prisional de Codó-MA .....                                | 25        |
| <b>2.6</b> | A Unidade Integrada Municipal Desembargador Sarney de<br>Araújo Costa ..... | 26        |
| <b>3</b>   | <b>METODOLOGIA.....</b>   | <b>28</b> |
| <b>3.1</b> | Contexto da pesquisa .....  | 28        |
| <b>4</b>   | <b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>                                   | <b>30</b> |
| <b>4.1</b> | Pesquisa com as professoras .....   | 30        |
| <b>4.2</b> | Pesquisa com os internos estudantes .....                                   | 34        |
| <b>5</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>41</b> |
|            | REFERÊNCIAS .....   | 43        |
|            | APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO                     | 47        |
|            | APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COM O DOCENTE .....                               | 48        |
|            | APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO COM O DISCENTE.....                               | 50        |

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar das dificuldades encontradas no sistema educacional brasileiro, é perceptível que a escola ainda exerce um papel fundamental na vida do cidadão, pois a educação escolar possibilita a mudança da realidade social dos indivíduos, constituindo-se um fator importante não só para o homem livre, mas também para todos aqueles que se encontra privado de sua liberdade.

A Educação de Jovens e Adultos e Idosos, doravante EJAI, não é a totalidade da educação escolar como modalidade de ensino conferida pela Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/1996, é parte dela e em relação com ela. Também podemos dizer em alusão às palavras de Bertolt Brecht (2005), que a EJAI é a “espora da contradição”, das desigualdades sociais historicamente produzidas pelo sistema metabólico do capital. Assim, esta modalidade de ensino deve configurar-se como uma nova possibilidade para muitas pessoas, que por diversos motivos tiveram afastadas da escola ou não tiveram a oportunidade de frequentá-la. Ela envolve questões que ultrapassam o contexto educacional, de modo que outrora a educação limitava a alfabetização, como um processo entendido em apenas aprender ler e escrever. Mediante a isso, o professor que aspira trabalhar com este público deve refletir criticamente sobre sua prática, ampliando sua óptica sobre a escola e seu alunado, fazendo um resgate histórico da vida dessas pessoas, oportunizando assim, que sejam trabalhados conteúdos significativos, considerando os conhecimentos prévios dos estudantes.

Tendo em vista que o aluno da EJAI busca na escola um lugar para satisfazer suas necessidades particulares, visando uma integração social na qual não participou plenamente, por não ter o domínio da leitura nem da escrita, dessa forma, esta modalidade possibilita ao aluno uma mudança de vida, visto que este jovem, adulto ou idoso retorna para escola por inúmeros motivos, seja por necessidades econômicas, qualificação profissional para o mercado de trabalho, a conquista de um direito, remição de pena, sensação de capacidade e dignidade que traz autoestima.

Desta forma, a Lei de execução penal, nº. 7.210/1984, foi decisiva quando normatizou a remissão de pena por estudo assegurando que o condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena, sendo o quantitativo de tempo pedagógico, a contar para o efeito da remição, ou seja, um dia a cada 12 horas de frequência escolar, atividade de ensino fundamental, médio, profissionalizante ou superior, ou ainda requalificação profissional divididas no mínimo em três dias.

Quando se trata do público desta modalidade de ensino, é importante destacar que são pessoas que por vários fatores não tiveram oportunidade ou não quiseram frequentar a escola no ensino regular, neste sentido a EJAI, possibilita às pessoas acima de 15 anos acreditar que em qualquer circunstância de suas vidas a educação é possível e necessária, contribuindo para restauração da autoestima, propiciando fazer um resgate da cidadania.

O retorno para a sala de aula se constitui num enorme esforço individual de cada jovem e adulto e idoso. Pois somos sabedores das inúmeras dificuldades encontradas pelas pessoas que abandonaram a escola ou não tiveram acesso a mesma no ensino regular, neste sentido, como estou exercendo a função de funcionário público contratado na Unidade Prisional de Ressocialização de Codó (UPR-Codó), como guarda prisional, surgiu o interesse de averiguar a escola no contexto prisional da cidade de Codó.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como tema *Desafios e Possibilidades do Ensino Praticado na Unidade Prisional de Ressocialização de Codó* e como finalidade investigar os desafios e possibilidades do ensino ofertado na referida instituição, tendo como foco central a Unidade Integrada Desembargador Sarney de Araújo Costa, analisando questões relacionadas à educação das pessoas que estão privadas de liberdade. Dessa forma, pretende-se investigar a eficiência da educação escolar destinada às pessoas privadas de liberdade. Sendo assim, elaborou-se as seguintes questões na pesquisa: Quais os principais desafios encontrados pelas professoras e alunos em relação ao ensino ofertado na instituição? Quais as possibilidades de melhoria de qualidade de vida oferecidas aos alunos da EJAI, na Unidade Prisional de Codó?

O interesse em abordar esse tema, surgiu a partir do exercício do meu trabalho na UPR-Codó, como guarda prisional de 2015 até os dias atuais. Essa experiência oportunizou conhecer as histórias de vida de muitos detentos. Desse modo, a partir de conversas com internos e seus familiares pude observar o alto índice de pessoas analfabetas ou semianalfabetas na UPR-Codó, sendo que muitos deles abandonaram a escola, voltando a estudar depois do cárcere na modalidade de ensino de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), nas turmas do 1º ao 5º ano no período da manhã, e do 6º ao 9º ano no período da tarde.

A abordagem dessa temática é pertinente, já que nos dias atuais, a sociedade luta cada vez mais pela implementação de ações inclusivas, de combate à discriminação e de promoção da cidadania, tendo o aluno como protagonista do processo de ensino e aprendizagem. Por isso, este estudo tem relevância social, visto que a sua abordagem visa além da compreensão de um fenômeno, a transformação social por meio da educação, contribuindo não somente com a área pedagógica, mas também com a sociedade de forma geral, tendo em vista que a educação é uma temática que interessa a todos os campos do conhecimento. A

relevância acadêmica está caracterizada pela utilização da pesquisa pelos profissionais de pedagogia ou áreas afins, como professores, pedagogos, gestores, coordenadores, supervisores escolares e psicólogos, que pretendam estudar o tema, aprofundando seus conhecimentos ou desenvolvendo novos estudos sobre o assunto.

Diante deste contexto, o objetivo desta pesquisa é investigar os desafios vivenciados pelas professoras e alunos no processo educativo e as possibilidades do ensino praticado na escola que se localiza no interior da UPR-Codó. Além disso, pretende-se averiguar o perfil socioeconômico das pessoas que estão custodiadas na UPR-Codó, as políticas públicas e investimentos voltados para esse segmento da sociedade além das expectativas dos detentos em relação à educação enquanto ferramenta de transformação social.

Para isso, serão realizadas algumas indagações, como por exemplo: Quais fatores favoreceram o abandono dos estudos? Por quais motivos ou razão resolveram retornar aos estudos? Quais as mudanças ou expectativas de melhoria de vida a partir da educação escolar? Assim, a presente pesquisa nos dará transparência no sentido de responder a estes e outros questionamentos. Neste sentido, no primeiro momento do estudo tratará do contexto histórico da EJAI, no Brasil, fazendo um resgate de todo o processo pelo qual passou essa modalidade de ensino, até o atual momento, em seguida trataremos do contexto histórico da educação nos presídios do Maranhão, logo após o estudo tratará da EJAI na cidade de Codó e na UPR-Codó, averiguando o ensino praticado na Unidade Integrada Desembargador Sarney de Araújo Costa. Tendo em vista que a assistência educacional é algo determinante no que diz respeito à ressocialização no sistema penitenciário, visto que possibilita à pessoa que encontra-se custodiada, uma isenção social, fortalecendo assim o respeito aos direitos humanos.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo geral**

- Investigar os desafios vivenciados pelas professoras e alunos no processo educativo e as possibilidades do ensino praticado na escola que se localiza no interior da UPR-Codó.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- Traçar o perfil socioeconômico dos alunos custodiados na Unidade de Ressocialização de Codó;

- Investigar o percurso formativo dos estudantes, identificando os fatores que ocasionaram a evasão e os motivos do retorno à escola;
- Averiguar a EJAI como instrumento que potencializa a ressocialização e a reintegração do indivíduo no meio social.



## **2 BREVE ABORDAGEM SOBRE A EJAI**

### **2.1 Contexto histórico da EJAI no Brasil**

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) se inicia no período colonial. Embora tivesse como especificidade a alfabetização das crianças indígenas, os índios adultos também eram inseridos nesse contexto educacional, dessa forma a Campanha Missionária de Jesus tinha a incumbência crucial de catequizar e alfabetizar na língua portuguesa os índios que habitavam na colônia brasileira.

Em relação ao ensino destinado aos adultos no período colonial, Paiva (1973, p. 165) enfatiza que:

A todos os setores sociais. Com a vinda da família real portuguesa para educação de adultos indígenas tornou-se relevante, o domínio das técnicas, da leitura e escrita não se fizeram necessárias para os membros da sociedade colonial, já que estase baseava principalmente na exportação da matéria prima, assim não havia preocupação em expandir a educação ao Brasil modificou-se o panorama educacional brasileiro. Tornou-se necessário à organização de sistema de ensino para atender a demanda educacional da aristocracia portuguesa e preparar quadros para as novas ocupações técnico-burocráticas.

Segundo Stephanou e Bastos (2005), no período colonial já havia um processo educativo destinado aos indígenas adultos, que eram submetidos a uma intensa ação cultural e educacional. No entanto, essa educação excluía as classes menos favorecidas como os negros e os pobres.

Com a saída dos jesuítas, a responsabilidade pela educação passa a ser do império, tal situação denota que a educação no Brasil sempre foi demarcada pelo elitismo com conhecimento categórico monopolizada pela classe dominante. Em seguida, a partir da Constituição Imperial de 1824, propõe-se uma ampliação na tentativa de garantir a todos os cidadãos a instrução primária, entretanto lamentavelmente a lei ficou só no papel.

Dessa forma, a partir de 1834 a responsabilidade pela as instituições primária e secundária e de todas as pessoas, especialmente a educação de jovens e adultos que no período era carregada por princípio missionário e caridoso. Assim, em 1879, a reforma de Laércio de Carvalho, qualifica o analfabeto como submisso e incompetente, em seguida em 1881, a lei Saraiva reforça a ideia da reforma de Laércio de Carvalho que estabelecia o voto só para pessoa alfabetizadas ocasionando um enorme debate com uma repercussão negativa em desfavor do adulto não alfabetizado.

No início do século XX houve mobilização no sentido de erradicar o analfabetismo, pois se acreditava que as pessoas analfabetas eram culpadas pela situação do subdesenvolvimento no país. Por esta razão, defendiam a ideia de que as pessoas que não eram alfabetizadas deveriam procurar se alfabetizar a fim de se tornarem produtivas e pudesse contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

De acordo com Fávero (2004), a partir da década de 1940 passa-se ter uma ótica diferenciada em relação ao analfabetismo, visto que nessa época o analfabetismo é um problema social, assim se organiza a primeira campanha contra o analfabetismo, neste sentido, em 1938 foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) que através de seus estudos e pesquisas serviram de base para a criação do Fundo Nacional de Estudos Primários que tinha como finalidade a realização de programas que ampliasse e incluísse o ensino supletivo para adolescentes e adultos. O autor acrescenta que os acontecimentos da década de 1940 foram importantes e contribuíram para que se começasse a encarar o problema do analfabetismo.

Com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, iniciou um processo de redemocratização. Ou seja, o país entra no processo de reestruturação da democracia de direitos, assim a população passa a lutar pelos seus direitos, libertando das amarras do autoritarismo da ditadura. Dessa forma, em 1945 com o fim da segunda guerra mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO) que engendrou diversas ações no âmbito internacional, desse modo essas ações conduziram o Governo Federal a tomar atitudes e buscar mudanças em combate ao analfabetismo.

Em 1947, tem início a Campanha de Educação dos Adolescentes (CEAA), que era coordenada por Lourenço Filho. Fávero (2006) destaca que a CEAA com doze anos de existência conseguiu mobilizar diversos seguimentos da sociedade civil, assim estreitando laços entre as esferas governamentais como: Federal, Estadual e Municipal.

Na década de 1960, Paulo Freire cria um método inovador com uma ótica voltada para a alfabetização de jovens e adultos. Testado pela primeira vez na cidade de Angicos, no sertão do Rio Grande do Norte, o método Paulo Freire estimula a alfabetização dos adultos mediante a discussão de suas experiências de vida entre si, através de palavras geradoras. A partir dele, 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados em 40 horas.

Para Fávero e Brito (1999), o início da década de 60 teve como marco as grandes mobilizações em torno da educação de adultos o que culminou com um cenário oportuno para novas práticas de alfabetização que identificava o analfabetismo não como causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e desigual. Diante disso, em sua maioria adotaram a metodologia proposta por Paulo Freire como, por exemplo:

O Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estabelecido em 1961, com o patrocínio do governo federal; o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961; a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal; e os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da União Nacional dos Estudantes (UNE). (BRASIL, 2008, p. 26).

Posteriormente, devido à grande repercussão e ao sucesso do método, Freire foi convidado para elaborar o Plano Nacional de Alfabetização em 1963. Em seguida, com o golpe militar de 1964, os programas que visavam uma transformação social através a educação foram bruscamente interrompido, Paulo Freire foi preso e exilado só retornando ao Brasil em 1979.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi a principal ação do Governo Federal na área da alfabetização de jovens e adultos, que iniciou-se na década de 1968, com objetivo de alfabetizar e promover uma educação continuada. Assim, o Governo Militar cria o MOBRAL restringindo da habilidade de ler e escrever, sem haver a compreensão contextualizada dos signos, sendo que tinha um sentido político que considerava o sujeito responsável pela situação que ele se encontrava no momento, desconsiderando o seu papel como ser social, produtor de cultura. Entretanto o programa tinha como base o método Paulo Freire, porém em seu contexto atuava de outra forma, com discursões e ideologias prontas. Desse modo, para Fávero (1999), os resultados esperados não foram satisfatórios, por esta razão, o programa acabou sendo extinto. Algum tempo depois, foi criada a Fundação Educar, que repassava recursos direto para as instituições e secretarias de educação. Em 1990, o então presidente Fernando Collor de Melo extinguiu a Fundação Educar, deixando um vácuo na atuação governamental na área da EJA, até que em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso criou o Programa de Alfabetização Solidária.

A nova Constituição, de 1988, prevê que todas as pessoas tenham acesso à educação, sendo reforçada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº. 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996. A lei Darcy Ribeiro determinado a elaboração de um Plano Nacional de Educação, em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNICEF, 1990). A nova lei caracteriza a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino.

Promulgada no ano de 2000, a resolução CNB/CEB n. 1, de 5 de julho de 2000, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para educação de Jovens e adultos. Ressaltando o direito a jovens e adultos a educação adequada às suas necessidades peculiares de estudo, e ao poder público fica o dever de oferecer está educação de forma gratuita. De modo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus artigos 37 e 38 preconiza que:

A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria e que os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, [...], habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996).

Vale ressaltar que em 1990 a UNESCO instituiu como a década da alfabetização e mais tarde em 1997, acontece em Córdoba a V Conferência de Educação de Adultos (V COFINAE), em Hamburgo, na Alemanha, que declarou a notoriedade e a primordialidade na oferta da EJA para todos, tal como destaca o item nove da declaração:

Educação básica para todos significa dar às pessoas, independentemente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletiva ou individualmente. Não é apenas um direito, mas também um dever e uma responsabilidade para com os outros e com toda a sociedade. É fundamental que o reconhecimento do direito à educação continua durante a vida seja acompanhado de medidas que garantam as condições necessárias para o exercício desse direito. (UNESCO, 1997).

Em consonância com essas discussões, passa-se a usar oficialmente o termo EJA, incluindo o jovem, assim idealizando uma formação continuada. O governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) proporcionou notáveis reformulações na aplicação de políticas nacionais voltadas para EJAI. Dentre as principais podemos citar: o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), o Programa Nacional de Inclusão de Jovem Educação Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), a criação da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), ligada ao Ministério da Educação (MEC), e a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que passa a abarcar a EJA. Segundo destaca o MEC:

O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizados. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal. Tem como objetivo promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. (BRASIL, 2017).

No governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) encabeça a premissa de prorrogar os projetos de seu antecessor, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, dessa forma promove muitos investimentos voltados para EJAI, apontando enormes avanços no estímulo de políticas para a juventude, dando ênfase ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico Emprego (PRONATEC), que tinham finalidade de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificada, profissional presencial e a distância. (BRASIL, 2011).

Em seguida, em 2016, com a cassação da então presidenta Dilma Rousseff, quem assume e o vice, Michel Temer. Diante do exposto, ainda que evidenciados enormes avanços nos governos de Luís Inácio e Dilma Rousseff no que tange as políticas educacionais, na gestão do Temer o país passou por um processo de desestruturação, havendo uma redução significativa de recursos destinados à EJAI.

Nos primeiros meses do governo de Bolsonaro, foi dissolvida a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Esse órgão era responsável não apenas pela modalidade de EJAI em específico, como também por outras modalidades cujos sujeitos, frequentemente, são também estudantes da EJA, como a Educação do Campo e a Educação nas Prisões. No ano de 2019, o Governo Federal investiu apenas 2,8% do orçamento da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, prejudicando mais uma vez a população mais pobre. Diante do cenário apresentado, conclui-se que a EJAI não é uma prioridade do atual governo. Sobre o compromisso do poder público com a educação dos adultos Vieira Pinto (2010, p. 84) aponta:

O menosprezo pela educação dos adultos, a atitude condená-los; definitivamente ao analfabetismo (parte de sua profunda imoralidade) incide no erro sociológico de supor que o adulto é culpado de sua própria ignorância. Não reconhece que o adulto não é voluntariamente analfabeto, não se faz analfabeto, senão que é feito como tal pela sociedade, com fundamentos nas condições de sua existência. [...] O estado de ignorância relativa no qual se encontra é um índice social. Revela apenas as condições exteriores da existência humana e os efeitos dessas circunstâncias sobre o ser do homem. Não significa que se trate de um de indivíduos mal dotados, de preguiçosos, de rebeldes aos estímulos coletivos, em suma, de atrasados.

O mesmo autor afirma que o aluno da EJAI é um sujeito adulto membro da sociedade ao qual cabe a produção social, é um trabalhador, a este, a sociedade determina as condições e possibilidades materiais, econômicas e culturais de seu trabalho. Desse forma, a sua condição de analfabeto ou semianalfabeto não representa total obstáculo à consciência do seu papel social, sendo que a falta da educação formal não é vista por ele como um fator decisivo para sua subsistência, tendo em vista que a educação proveniente de sua participação na realidade

social, mediante o trabalho, lhe proporciona fundamentos para participar da política e nas demais esferas da sociedade.

## **2.2 A EJA no Plano Nacional de Educação**

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado em 26 de junho de 2014, em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei nº 13.005/2014, e terá validade de 10 anos, ou seja, de 2014 a 2024. Esse plano estabelece diretrizes, metas e estratégias que regem as iniciativas na área da educação. Dessa forma, todos os estados e municípios devem arquitetar planejamentos peculiares para fundamentar o alcance dos objetivos previstos considerando a situação, as demandas e conveniências locais. Nesse perspectiva,

[...] significa também uma oportunidade: se as diferentes esferas de governo têm compromissos comuns, terão resultados mais efetivos e recursos otimizados se planejarem suas ações de maneira integrada e colaborativa. Além desses claros benefícios, ao realizarem essa tarefa, os gestores indicarão caminhos concretos para a regulamentação dos pactos federativos nacionais em torno da política pública educacional, estabelecendo o primeiro desenho para o Sistema Nacional de Educação (BRASIL, 2014a, p.9).

O PNE direciona uma meta específica para o atendimento educacional de jovens e adultos. A Meta 10 traça como objetivo ampliar as matrículas da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) no Ensino Fundamental (EF) e no Ensino Médio (EM) na forma integrada à educação profissional, com vistas a alcançar o valor de 25% do total de matrículas nessa modalidade até o final do Plano. A referida meta visa incentivar os jovens, adultos e idosos a concluírem a educação básica, capacitando-os para atuarem no mercado de trabalho, visando a superação da dicotomia escola-trabalho que muitas vezes é imposta a esse público. Nesse seguimento, a Meta 10 reitera o objetivo do PNE de colocar em curso políticas e ações que ampliem a escolaridade e favoreça a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, contribuindo assim, para a redução das desigualdades sociais existentes. A estratégia 10.6 da Meta 10 do PNE (2014) visa:

Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, a tecnologia e da cultura cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaços pedagógicos adequado às características desses alunos e alunas. (BRASIL, 2014b, p. 82).

Nessa lógica, a integração da EJAI à educação profissional configura-se como um desafio aos gestores públicos, pois demanda formação do profissional, integração curricular,

desenvolvimento de metodologias de ensino específicas e infraestrutura e materiais pedagógicos adequados.

Com o intuito de indicar os caminhos para a superação desses desafios, o PNE estabelece 11 estratégias para a concretização da Meta 10:

- 10.1. Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;
- 10.2. Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;
- 10.3. Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;
- 10.4. Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- 10.5. Implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;
- 10.6. Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;
- 10.7. Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- 10.8. Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e

com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

- 10.9. Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- 10.10. Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;
- 10.11. Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

### **2.3 A EJAI no Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão (PEE-MA)**

O Estado do Maranhão, acompanhando o contexto nacional, sob a coordenação geral do Fórum Estadual de Educação iniciou um amplo processo de discussão sobre políticas públicas de estado com a participação de diferentes segmentos da sociedade civil organizada, visando à elaboração do Plano Estadual de Educação que garantisse o acesso, e permanência e qualidade da educação maranhense numa articulação direta com os instrumentos de planejamento e financiamento da educação.

O Plano Estadual de Educação do Maranhão (PEE-MA) foi publicado em 11 de Junho de 2014, com vigência para o período 2014-2024, em cumprimento à Lei Federal n.º 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) definindo como prioridade a garantia e a ampliação do acesso, a melhoria das condições de permanência e o aprimoramento da qualidade da Educação Básica ofertada a todos os brasileiros.

Neste sentido, as metas e estratégias do PEE-MA estão em consonância com as do Plano Nacional de Educação (2010-2024) num regime de colaboração mútua, visando à superação dos desafios educacionais da realidade maranhense.

Diante do exposto, a EJAI se destaca na meta 11, com 14 estratégias, tendo em vista que o PEE-MA corrobora com a mesma ideia do Plano Nacional de Educação.



Neste sentido, a meta onze do PEE-MA, recomenda oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos na forma integrada à Educação Profissional, nos Ensino Fundamental e Médio, dessa forma, a estratégia 11.3 destaca que:

Ofertar a Educação de Jovens e Adultos e Idosos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e aos adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas de privação e restrição de liberdade, bem como de medida cautelar, assegurando-se formação específica dos professores e a implementação do Plano Estadual de Educação nas prisões em regime de colaboração com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e instituições governamentais e não governamentais. (MARANHÃO, 2014, p. 24).

No que se refere a modalidade de ensino EJAI, o documento ressalta a responsabilidade do poder público em assegurar a universalização e a democratização da educação pública, que é propiciada por problemas estruturais históricos da sociedade brasileira, tendo em vista o alto índice de analfabetos (jovens, adultos e idosos) que foram excluídos da escola, ora por não ter acesso, ora por não ter possibilidade de permanência, visto que as dificuldades de permanência podem estar associadas a várias circunstâncias como: condições socioeconômicas, saúde, a existência de uma deficiência (física, visual, auditiva ou intelectual), sem contar o horário de funcionamento da EJAI e a ausência de professores com qualificação específica para atender essa modalidade de ensino, visto que esse público possui características peculiares.

O Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão (PEE-MA) destaca que democratizar o ensino, preconiza a garantia de educação de qualidade a todos os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ao ensino regular, sejam mulheres, afrodescendentes de outras etnias ou pessoa com deficiência e oportunizar o domínio do saber socialmente produzido, pois este é um direito assegurado a todos e cabe ao estado provê-lo, por meio de políticas públicas voltadas para esse segmento.

## **2.4 A EJAI nas Unidades Prisionais**

Mantidas pelo poder público, as unidades prisionais tem se constituído um espaços de reabilitação e formação de indivíduos que encontram-se encarcerados, por terem cometido crimes de origem e gravidade diversas. Em geral, há uma discriminação em relação ao presidiário, que costuma ser visto como marginal ou doente, conforme a transgressão cometida.

Os estabelecimentos prisionais deveriam ser instrumentos de ressocialização, reintegração e transformação do sujeito, no entanto nem sempre é possível a viabilização do acesso à construção dos conhecimentos necessários à recuperação e reinserção do presidiário na sociedade. Esse fato é observado por Foucault (1987, p. 131), ao afirmar que: “a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para aprofundá-los ainda mais na criminalidade”.

Para a sociedade homogeneizadora, o presidiário é considerado um marginal. É possível que tal caracterização seja decorrente do sentido de marginal identificado no estudo de Becker (1977, p. 53), ao asseverar que:

Uma pessoa que comete uma infração de trânsito ou bebe um pouco mais numa festa, não é afinal tão diferente de nós, e tratamos sua infração com tolerância. Consideramos o ladrão menos parecidos conosco e o punimos severamente. Crimes como assassinato, violação ou traição levam-nos a encarar o violador como um verdadeiro marginal.

Essa é a concepção mais comum da sociedade referente àqueles que encontram-se em situação de liberdade restrita ou em cárcere privado nas instituições prisionais. É interessante ressaltar, que a visão pode ser diferente conforme o ângulo pelo qual enxergamos. Quando o detendo é alguém que faz parte do nosso convívio social, como colegas ou familiares, passamos a ter uma óptica mais empática.

Para Foucault (1987), a prisão é considerada ao mesmo tempo, local de punição e observação dos sujeitos apenados. No entanto, este mesmo ambiente, deveria também se configurar como local de conhecimento, propício à melhoria do indivíduo. Para isso, é necessário que haja a oferta de uma educação de qualidade e disposição por parte do penitenciado para frequentar às aulas disponíveis nas instituições prisionais.

No Maranhão, a educação no sistema penitenciário teve início em 1960 com inauguração da Penitenciária Agrícola de Pedrinhas, com salas na modalidade multiseriadas. Na década de 1970, a Secretaria de Administração Penitencia (SEAP) assume a gestão com uma ótica para reinserção social, em parceria com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que trabalhava na perspectiva da erradicação do analfabetismo na época.

Logo após, na década de 1980, com perspectiva de conseguir uma participação maior dos internos nas salas de aulas, foi criada as salas de 1ª à 4ª séries com vagas para ambos os sexos, nos turnos matutinos, vespertino e noturno, cujo corpo docente era de responsabilidade da secretaria da justiça.

Em 2002, a escola obteve a autorização do conselho Estadual de Educação (CEE-MA) por meio do parecer n° 118/2002, assim a escola teve o pedido concedido para a oferta de alfabetização do Ensino Fundamental da 1° a 4° série na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJAI). No âmbito Estadual, a EJAI, está regulamentada pelo parecer n° 313/2007, e pela resolução n° 262/2007 do CEE/MA, que aprova a proposta de Ensino Fundamental e para educação de jovens e adultos. (MARANHÃO, 2006).

Segundo as propostas regulamentadas, a EJAI tem por objetivo dar oportunidade aos jovens maiores de 15 anos para o Ensino Fundamental e de 18 anos para o Ensino Médio, pessoas em situação de privação de liberdade, e adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, fora da faixa etária regular de ensino. Deste modo, é importante destacar que as propostas dos ministérios da justiça e da educação foram de suma importância para o debate de estratégias voltadas para oferta de educação básica nas instituições penais do (BRASIL, 2006). Assim, mobilizando todas as secretarias de educação e de administração penitenciária dos estados da federação, com o propósito de criação de um projeto para a educação nas prisões brasileiras intituladas Educando para Liberdade com o conceito voltado para a ampliação da oferta de educação para as demais unidades prisionais do país.

Em 2007, a Secretaria de Estado de Segurança e Justiça inicia uma parceria com as secretarias municipais ampliando a oferta de turmas de alfabetização em algumas cidades do interior do Maranhão, neste momento, também se destaca a participação da ONG Renascer na penitenciária de Pedrinhas e na casa de detenção, dessa forma, também se destaca os convênios com Serviço Social da Indústria e Comércio (SESI), que ofertou vagas para alfabetização de pessoas privadas de liberdade.

Em 2009, as ações se voltam para o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que por meio da parceria SECAD/SEDUC/SEJAP, trabalharam com o propósito da erradicação do analfabetismo do sistema prisional do Maranhão.

## **2.5 A EJAI na Unidade Prisional de Codó-MA**

A modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos se estabeleceu em Codó no ano de 2001. Atualmente, a EJAI é certificada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/1996) de modo que e a legislação que regulamenta o sistema educacional público ou privado do Brasil, da educação básica ao ensino superior. Ou seja, a LDB reafirma o direito á educação, garantindo pela constituição. Dessa maneira, com o transcorrer dos anos, a EJAI não se limita apenas a alfabetizar, contudo a mesma objetiva o desenvolver a leitura e a

escrita, além de focalizar em várias áreas do conhecimento, possibilitando ao discente ter uma visão crítica, fazendo com que o mesmo saiba atuar na sociedade, integrando-se aos diferentes contextos, ampliando o seu poder de persuasão, sendo capaz de refletir e conhecer seus direitos de uma forma que o beneficie.

A partir de 2017, no município de Codó, adotou-se o *I* à sigla EJAI, ficando EJAI mudando a configuração para Educação de Jovens Adultos e Idosos, vale ressaltar que a mudança ocorreu por iniciativa da professora Doutora Deuzimar Serra, que desenvolveu vários estudos sobre a modalidade em questão. No Brasil, são poucos os municípios que usam o *I* para incluir o idoso como detentor do direito à educação escolar. Conforme o parecer do Conselho Municipal de Educação, a regulação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos para reconhecer a inclusão do idoso como sujeito de direito na EJAI, em razão de que todas as escolas que são voltadas para essa modalidade terem pessoas idosas. Dessa forma serve para legitimar a presença dessas pessoas. (CODÓ, 2017).

Diante do exposto, no município de Codó, a EJAI figura na cidade que adotou essa modalidade, incluindo uma população ainda maior, de modo que, além dos jovens e adultos, houve a inclusão dos idosos. Sendo oferecidos também cursos profissionalizantes objetivando inserir esse público ao mercado de trabalho. Vale destacar a presença do EJAI Ativo, que se trata de uma equipe de educadores físicos funcionais que trabalham com palestras, atividades físicas com este público alvo, não apenas com perspectiva somente do retorno para escola, mas também para levar além da educação saúde e qualidade de vida.

Neste sentido, no atual momento, a EJAI em Codó possui 16 escolas e 5 anexos na sede, na zona rural funcionam 13 polos, com 37 escolas. Os dados apresentados são da Secretaria de Educação, Ciências e Tecnologia (SEMECTI) do município de Codó-MA.

## **2.6 A Unidade Integrada Municipal Desembargador Sarney de Araújo Costa**

A Unidade Prisional de Ressocialização de Codó (UPR-Codó) está localizada na Rua 31 de março s/n, Bairro São Pedro, com capacidade para 200 internos. Por medida de segurança, não foi informado o número de funcionários. Conforme informações repassadas pelo diretor geral da UPR-Codó, a instituição trabalha na perspectiva voltada para ressocialização através da educação. Assim, segundo a gestão, no ano de 2019 foram desenvolvidos vários projetos, dentre quais o mesmo mencionou: oficinas de confecção de abajur e vassouras, oficinas de velas, cursos profissionalizantes, remição literária, e a EJAI.

No interior da UPR-Codó, está localizada Unidade Integrada Municipal Desembargador Sarney de Araújo Costa Anexo –UPR-Codó-MA. De acordo com a direção da

UPR-Codó, iniciou suas atividades em março de 2018. A estrutura da escola é composta por duas salas, uma destinada para as aulas da EJAI, e a outra para os cursos profissionalizantes cada uma com capacidade para 35 alunos, com uma quadro em cada sala, e dois banheiros externos. A Secretaria e toda a parte de documentação voltada para escola fica a cargo da Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMECTI), entretanto, a escola tem todo um suporte advindo de todos os setores da unidade prisional que são: setor jurídico, assistência social e psicológica, direção, auxiliares e agentes prisionais.

O funcionamento da escola é de segunda a sexta, no turno matutino das 08:30 às 11:30, onde são ministradas aulas do 1º seguimento (anos iniciais) com a sala multiseriada, e no turno vespertino das 14:30 às 17:30 são ministradas aulas do 2º seguimento (anos finais) também com a sala multiseriada. Fazem parte do quadro de funcionários cinco professores, de diferentes áreas do conhecimento.

A direção da unidade ainda nos forneceu informações importantes sobre a Remição Literária. Conforme a gestão, a remição literária tem ligação direta com EJAI, em razão se tratar de um projeto que os internos podem remir a pena através da leitura, sendo necessário leitura de um livro, em seguida fazer uma resenha ou um resumo, onde essa produção será avaliada por um conselho formado por professores, que dará a nota superior a seis, destacando que para fins de remição de pena, é permitido somente uma obra literária por mês. Tal situação acima descrita Stein, Silva e Cunha (2017, p. 1) destacam que:

Seu objetivo constitui proporcionar ao apenado a possibilidade da subtração do tempo de cumprimento da pena por atividade por ele exercida, seja pelo estudo ou pela atividade laboral. Remição por leitura é um instrumento até então, considerado novo na legislação brasileira, e apesar de não estar expressadamente disciplinado na Lei de Execução Penal, vem sendo utilizado como forma de se remir o tempo de cumprimento da pena pela leitura, através de portarias dos tribunais dos Estados.

Nesse sentido, a Remição Literária se constitui mais uma possibilidade de redução da pena aos que encontram-se privado da liberdade. Além disso, oportuniza ao presidiário o contato com obras literárias pertencentes a gêneros variados e diferentes autores, o que pode despertar o apreço pela atividades de leitura.

### 3 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de campo, de abordagem qualiquantitativa, com a coleta de dados por meio de questionários destinados às professoras e alunos da escola localizada na Unidade Integrada Municipal Desembargador Sarney Araújo Costa Anexo-UPR-Codó, com o intuito de traçar o perfil das professoras e dos alunos da modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos e identificar os desafios e possibilidades do ensino praticado na UPR-Codó

O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa de campo, onde foram coletados dados por meio de um questionário, de fácil entendimento e compreensão. Assim, o questionário pode ser entendido como:

[...] uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado (GIL, 2008 *apud* DOURADO, 2013, p. 121).

Visto que, o questionário é um instrumento que visa buscar informações a respeito do sujeito da pesquisa, assim foi escolhido este instrumento, por ser o que melhor se adequar ao objetivo da pesquisa. A pesquisa ainda apresenta cunho exploratório, onde segundo Gonçalves (2011) se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. A coleta de dados ocorreu a partir de aplicação de um questionário com o objetivo de colher informações acerca do objeto estudado.

#### 3.1 Contexto da pesquisa

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada uma pesquisa de campo, com abordagem qualiquantitativa na Unidade Integrada Municipal Desembargador Sarney Araújo Costa, situada no interior da UPR - Codó, localizada na Rua 31 de março s/n Bairro São Pedro Codó-MA, com o propósito de entender os desafios impostos aos educadores e discentes bem como as possibilidades do ensino praticado na UPR-Codó e obter mais informações sobre a clientela e a instituição, como por exemplo, o perfil dos alunos atendidos, o tempo de existência da escola, quantidade de alunos internos atendidos no estabelecimento, etc.

Neste sentido, para o bom andamento da pesquisa, foram adotados procedimentos essenciais como a coleta de dados e análise das informações adquiridas de uma forma sistemática, reunindo etapas importantes como: aplicação de uma pesquisa de campo, com levantamento de material bibliográfico, análise documental, visita ao local de estudos, aplicação de questionários e análise e discussão dos dados.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Fonseca (2002) afirma que ela é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Sabemos que a pesquisa ocupa um lugar de grande importância nas instituições de ensino. Segundo Demo (1994), ela é o princípio científico e educativo, no qual o processo sistemático auxilia na construção do conhecimento que além de formar cidadãos conscientes e críticos, colabora no desenvolvimento intelectual e cultural. Reforça esse entendimento, Santos e Santos (2010, p. 13), que descrevem a pesquisa da seguinte forma:

Como o princípio científico, a pesquisa se apresenta como instrumento teórico metodológico para construir conhecimento. Como princípio educativo, a pesquisa é um suporte essencial da educação emancipadora que perpassa pelo questionamento crítico e criativo. Neste caso, educação e pesquisa são princípios importantes que se relacionam numa mútua necessidade do aprender e do fazer acadêmico.

Neste caso, tendo como base a ideia da pesquisa objetivando entender melhor um fenômeno. Devem-se investigar dentro do contexto o qual faz parte, e assim possivelmente os resultados chegaram mais próximo ao resultado desejado.

Por meio desse estudo, intencionamos traçar o perfil dos internos egressos e obtivemos informações sobre a escola, focalizando em uma análise contextualizada dos aspectos teóricos e práticos do fenômeno investigado. Possibilitando compreender a importância da escola na reintegração social dos apenados. Visto que, as pessoas que estão no cárcere e por algum motivo abandonaram a escola, assim apesar de todas as dificuldades que encontradas no cenário educacional deste país, a escola está possibilitando aos apenados uma nova chance.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Conforme esclarecido na metodologia do trabalho, o procedimento de coleta de dados teve seu início com a pesquisa bibliográfica, de modo que foram utilizados alguns materiais tal como: artigos, livros, pesquisas na internet, dentre outros, que deram embasamento para a elaboração dos questionários. Em seguida, foram aplicados os questionários para as professoras e para alguns alunos que estão matriculados na modalidade de ensino EJAII na Unidade Integrada Municipal Desemb. Sarney Costa Anexo – UPR-Codó-MA. Os questionários eram compostos de perguntas abertas e fechadas que foram respondidas por duas professoras, uma que leciona no turno matutino das 08:30 às 11:30 e outra que leciona no turno vespertino das 14:30 às 17:30. As perguntas do questionário apresentam uma linguagem clara e objetiva, de modo que venha facilitar a compreensão e a participação dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Por meio de estudos, visitas e observações foram realizadas além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo, com o intuito de coletar dados sobre o tema investigado e debater com eles. Desse modo, a escolha em elaborar a pesquisa foi por meio de amostragem, escolhendo apenas duas professoras e dez internos, dentre os integrantes da turma, assim atribuindo com a finalidade de seleção e análise e discussão dos dados.

Sendo assim, foram aplicados no período correspondente a 25 a 30 de maio do ano em curso os questionários abertos e fechados para as duas professoras e 10 alunos com o propósito de delinear o perfil das professoras e dos internos que retornaram para escola no cárcere e obter informes sobre os desafios e possibilidades do ensino praticado na UPR-Codó e por quais os motivos que levaram os internos a retornarem para escola na UPR-Codó.

### 4.1 Pesquisa com as professoras

Em consonância com o que foi especificado na metodologia, a pesquisa incluiu duas professoras que lecionam na escola, uma no turno matutino que vamos nomear na pesquisa de professora A, e a outra no turno vespertino que vamos nomear de professora B.

**Por meio do questionário perguntou-se para professora A:** Com perspectiva de traçar o perfil dos professores (as) que atuam na modalidade de ensino na unidade integrada municipal desembargador Sarney Araújo Costa anexo – UPR-Codó –, perguntou-se para a professora: Qual era sua formação mais relevante?



A mesma relatou que:

*Tem licenciatura em pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia institucional e clínica.*

Interpelamos a professora com o intuito de saber a quanto tempo a mesma atua na modalidade de ensino EJAI, na UPR-Codó, a mesma compartilhou que:

*Há mais de um ano.*

Buscou-se saber quais as disciplinas são trabalhadas na sala de aula na modalidade de ensino EJAI na UPR-Codó? A professora respondeu que:

*São trabalhadas todas as disciplinas, pelo fato de ser uma sala multiseriadas.*

Indagamos a professora sobre quais as etapas são atendidas na modalidade de ensino EJAI na UPR-Codó? A mesma citou que:

*No turno matutino, atende ao público do 1º segmento do 1º ao 3º ano.*

Buscou-se saber no ponto de vista da professora, o que motivou os internos a retornarem para escola no cárcere? A professora respondeu que:

*Pela diminuição da pena (remição da pena por estudo).*

Procurou-se saber na convicção da professora se ele se sente totalmente preparada para atuar nesta modalidade de ensino? A mesma explicou que:

*Totalmente, não. A licenciatura em pedagogia, por mais ampla que seja, não prepara o licenciado para todos os desafios a serem enfrentados em sala de aula. Em se tratando especificamente da modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, os desafios são ainda maiores, haja vista as especificidades heterogêneas presentes na sala de aula. A didática e metodologia utilizadas precisam ser específicas para essa modalidade de ensino, daí o grande desafio docente de se reinventar enquanto professor para atender com qualidade as demandas das turmas.*

Perguntou-se para a professora com que frequência ocorre a formação dos professores da EJAI? A mesma respondeu que:

*Sempre tem, porém infelizmente existe uma carência de cursos voltados para EJAI, apenas a vontade do professor não é suficiente, é preciso que os órgãos disponibilizem mais cursos de capacitação e incentivo aos professores.*

Para entendermos as dificuldades deste contexto educacional. Buscou-se saber quais os principais desafios de se trabalhar na EJAI na UPR-Codó? A professora citou que:

*Temos muitos desafios, mas especificamente me referindo a UPR de Codó, a primeira delas está relacionada a organização da sala, por ser multiseriada, complica o planejamento e execução das aulas, haja vista que na mesma sala temos alunos de séries/anos diferentes que dificulta na aprendizagem dos mesmos. Outro ponto a destacar é o pouco interesse pedagógico por parte dos alunos, a maioria só frequentam as aulas pensando na remição de suas penas ao final do ano letivo.*

Tendo em vista a possibilidade da ressocialização através da escola, procura-se saber se os internos são incentivados pelos familiares a continuarem na escola? A professora ressalta que:

*Boa parte dos detentos são oriundos de famílias humildes que não veem na educação uma ferramenta de mudança social, dificultando dessa forma o apoio e incentivo que poderia ajudar os detentos nesse momento de retomada nos estudos e de perceber que educação pode ser uma mola propulsora das realidades por eles enfrentadas. No entanto, há poucas famílias que os incentivam e que acreditam na educação como parte do processo tão importante que é o da ressocialização.*

Buscou-se saber se em seu ponto de vista o currículo da EJAI, atende as necessidades dos alunos viabilizando a sua ressocialização e reintegração na sociedade como cidadãos ativos e participativos? A professora destaca que:

*Sim. O currículo formal da EJAI apresenta algumas especificidades, além de uma educação reparadora (oportunidade de continuidade dos estudos), os eixos temáticos trabalhados nas áreas do conhecimento trazem propostas de textos reflexivos que fazem os alunos se ponderarem e mudarem de atitude. Ao trabalhar com temas integradores é possível fazer com que as áreas do conhecimento possam dialogar entre si oportunizando aos alunos o contato com diferentes textos e informações que podem ajudar nesse processo reintegrador que só a educação pode proporcionar.*

**Através do questionário perguntou-se para professora B:** Com perspectiva de traçar o perfil das professoras que atuam na modalidade de ensino na unidade escolar municipal desembargador Sarney Araújo Costa anexo – UPR-Codó –, perguntou-se para a professora. Qual era sua formação mais relevante?

A mesma relatou que:

*Licenciatura em História.*

Interpelamos a professora com o intuito de saber a quanto tempo a mesma atua na modalidade de ensino EJAI, na UPR-Codó? A mesma compartilhou que:

*Atua nessa modalidade de ensino na UPR-Codó há quase um ano.*

Buscou-se saber quais as disciplinas são trabalhadas na sala de aula na modalidade de ensino EJAI na UPR-Codó? A professora respondeu que:

*Trabalha com as disciplinas de História, Arte e Religião.*

Indagamos a professora sobre quais as etapas são atendidas na modalidade de ensino EJAI na UPR-Codó? A mesma citou que:

*No turno vespertino, atende ao público do 2º segmento do 6º ao 9º ano.*

Buscou-se saber no ponto de vista da professora, o que motivou os internos a retornarem para escola no cárcere? A professora respondeu que:

*Pela diminuição da pena (remissão da pena por estudo).*

Procurou-se saber na convicção da professora se ela se sente totalmente preparada para atuar nesta modalidade de ensino? A mesma explicou que:

*Sim, mesmo que não me sentisse preparada o professor(a) deve sempre buscar novos desafios, ser ousado para adquirir novos conhecimentos.*

Perguntou-se para a professora com que frequência ocorre a formação dos professores da EJAI? A mesma respondeu que:

*Sempre tem formação do EJAI, pois é essencial para que haja professores com formação de qualidade.*

Para entendermos as dificuldades deste contexto educacional, buscou-se saber quais os principais desafios de se trabalhar na EJAI na UPR-Codó? A professora citou que:

*O grande desafio a ser tratado é, tratar o crime e a prisão como fatos sociais e identificar os interesses de cada aluno e saber lidar com os desafios das prisões.*

Tendo em vista a possibilidade da ressocialização através da escola, procurou-se saber se os internos são incentivados pelos familiares a continuarem na escola? A professora ressalta que:

*Não.*

Por fim, buscou-se saber se no seu ponto de vista o currículo da EJAI atende as necessidades dos alunos viabilizando a sua ressocialização e reintegração na sociedade como cidadãos ativos e participativos? A professora destacou que:

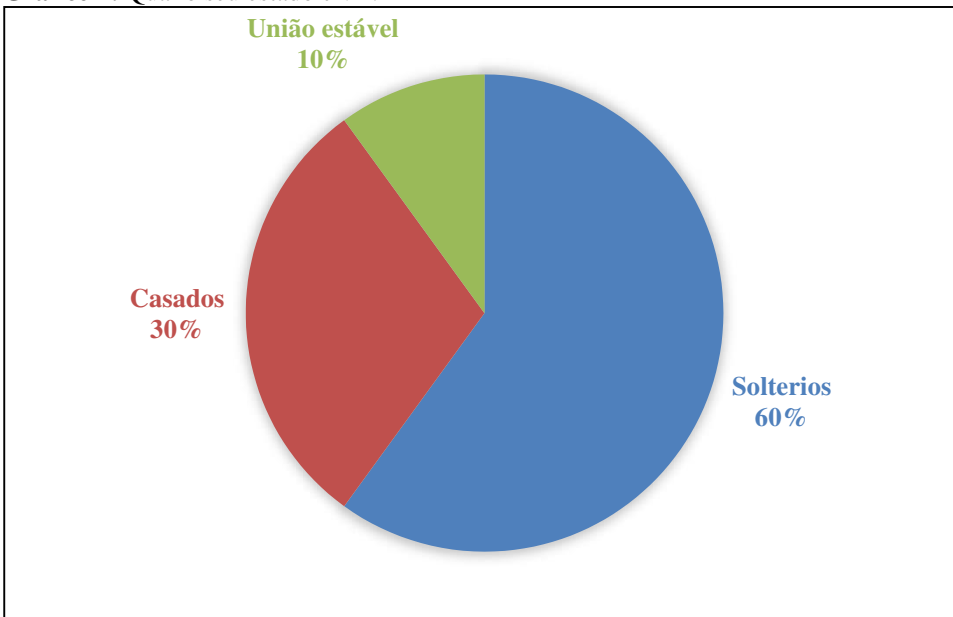
*EJAI é uma oportunidade para alunos que não concluíram a educação básica, e nem o ensino médio, mas atende esses alunos que queira concluir a Educação Básica. Durante esse período são ensinadas as mesmas disciplinas que um estudante matriculado no período normal, o que muda é a forma de ensinar e de transferir esses conhecimentos com paciência e dedicação, tendo também uma troca de saberes com esses alunos.*

#### **4.2 Pesquisa com os internos estudantes**

A pesquisa com os discentes ocorreu da seguinte forma. Inicialmente foi explicitada a finalidade do estudo, destacando a importância da contribuição deles em participarem do trabalho e relevância do projeto tanto para a área educacional quanto para a sociedade de forma geral.

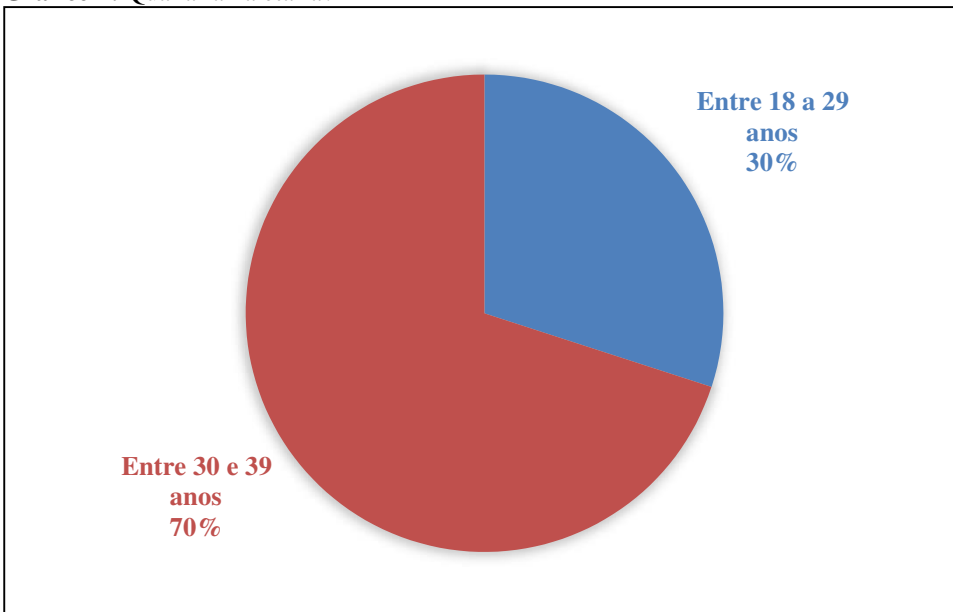
Posteriormente, com o intuito de traçar o perfil desses internos estudantes que foram matriculados no ano de 2019 na escola localizada no interior da UPR-Codó, aplicou-se os questionários com perguntas abertas e fechadas, para dez alunos, sendo cinco do 1º segmento e cinco do segundo segmento na modalidade EJAI na UPR-Codó-MA.

Para garantir o anonimato dos participantes, no transcorrer da pesquisa os internos serão nomeados com as letras do alfabeto, na perspectiva de manter ocultas suas respectivas identidades. Na sequência com a intencionalidade de obter informações foi perguntado aos custodiados o seu estado civil.

**Gráfico 1:** Qual o seu estado civil?

Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa com os alunos internos.

Em conformidade com as respostas, observa-se que a maior parte dos internos alunos da EJAI são solteiros. Diante das respostas, nota-se que no geral, esses alunos não se sentem preparados para constituir uma família. Hipoteticamente por conta da sua condição de detento. Dando continuidade a indagação, os alunos foram questionados sobre a faixa etária e obtivemos as seguintes respostas ilustradas abaixo, no gráfico 2.

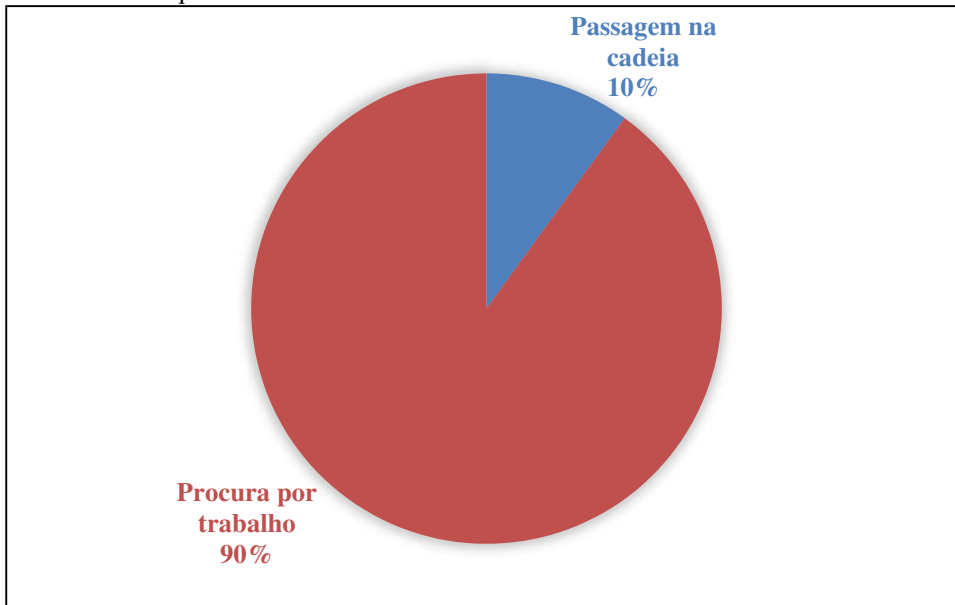
**Gráfico 2:** Qual a faixa etária?

Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa com os alunos internos.

Tendo em vista as respostas dos alunos internos, percebe-se que trata-se de um público bastante jovem, o que não se difere das pessoas que estão encarceradas nos presídios brasileiros, que há anos notadamente se configura entre jovens, negros, pardos e de pessoas com baixa escolaridade. Uma vez que, pode ser o resultado da falta de políticas públicas eficazes, direcionadas para esse segmento da sociedade.

Em seguida perguntou-se para os alunos internos, caso tenha estudado na infância ou adolescência, por qual motivo parou?

**Gráfico 3:** Por qual motivo abandonaram os estudos?

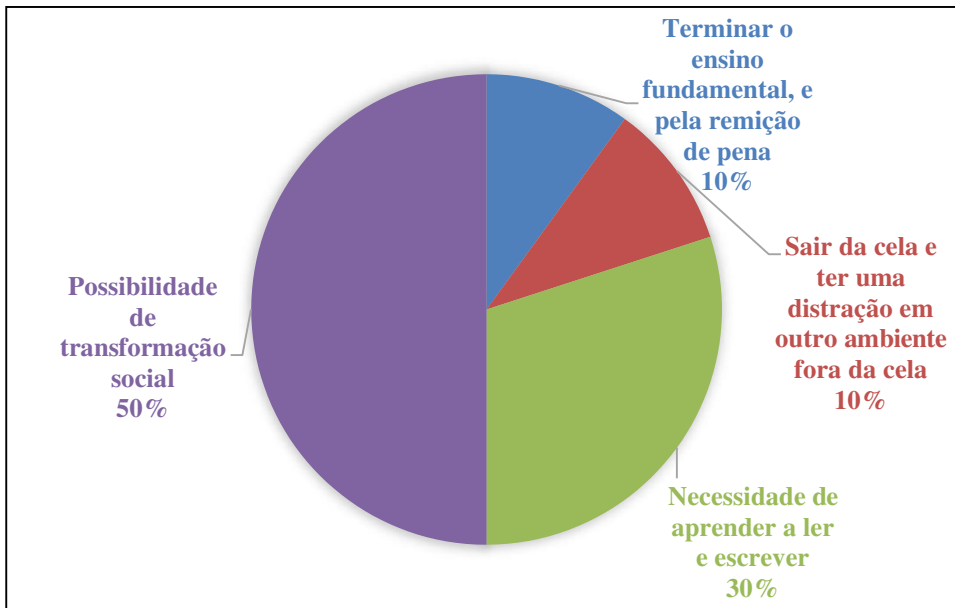


Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa com os alunos internos.

Em conformidade com as respostas dos internos, observa-se que a grande maioria teve que abandonar a escola para trabalhar. De modo que o trabalho precoce acabou prejudicando a vida dessas pessoas, mediante a isso constata-se que só por meio da educação é que o sujeito pode obter progresso, pessoal, social, profissional. Assim ser capaz exercer sua cidadania.

Outra indagação feita aos alunos internos foi por quais motivos levaram eles a retornar para escola na UPR- Codó na modalidade de ensino EJAI.

**Gráfico 4:** Quais os motivos levaram eles a retornarem para escola na UPR-Codó, na modalidade de ensino EJAI?

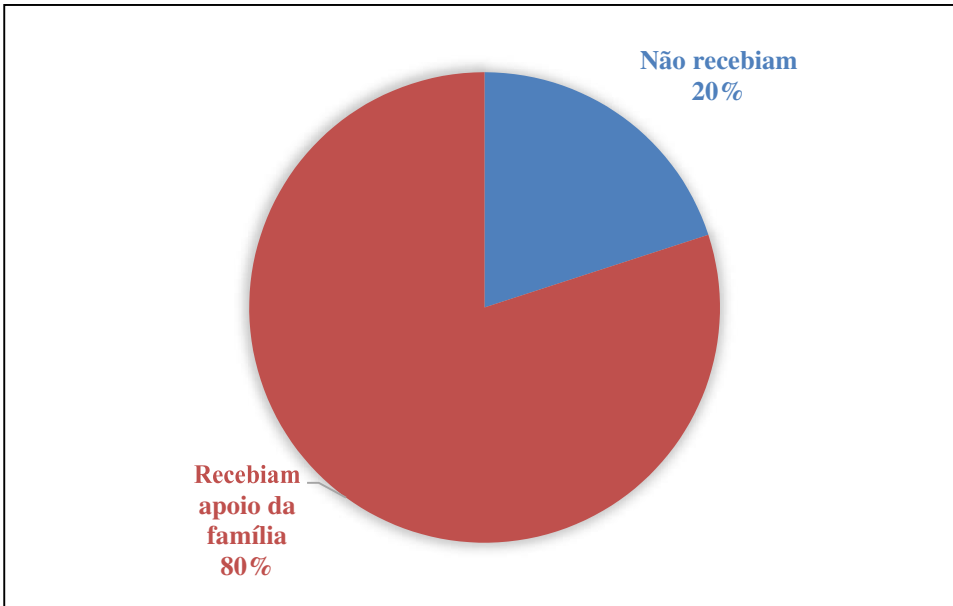


Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa com os alunos internos.

Constata-se que a transformação social foi há maior motivação apontada pelos alunos internos. Tal situação acima descrita denota que é impossível se pensar na ressocialização de um sujeito, sem a educação, assim ressalta-se a relevância da viabilização dos projetos voltados para transformação social através da educação, No que tange a EJAI, em parceria com a remição por leitura, que propicia aos encarcerados uma transformação social, mediante leitura de livros. Dessa forma, como já apontado em diversos estudos mostram que a leitura promove aprendizagem, a difusão de conhecimento, a curiosidade a possibilidade de enxergar o mundo de forma mais ampla, além de proporcionar que a pessoa privada de liberdade conheça outros lugares. Portanto a leitura oportuniza uma reflexão, fazendo com que o leitor se coloque no lugar do outro, assim levando os alunos internos a pensar sobre a realidade, o que contribui bastante para uma transformação social.

As respostas dos estudantes evidenciaram uma concepção completamente diferente da visão que muitas pessoas têm em relação a quem encontra-se em privação de liberdade. Para essas pessoas os detentos só estão na escola exclusivamente pelo benefício da remição de pena. Embora haja casos excepcionais que visam apenas o benefício, nota-se que a maioria dos estudantes sabe da importância da escola, e ressalta que para se ter uma transformação social, a educação é o único caminho.

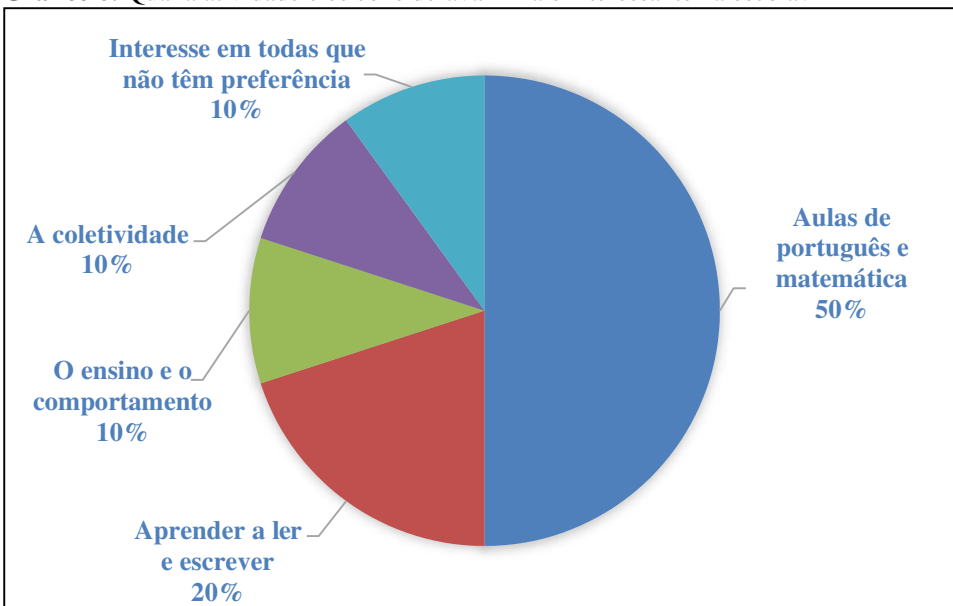
**Gráfico 5:** Recebiam incentivos de familiares ou de outras pessoas para continuarem na escola?



Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa com os alunos internos.

Tendo em vista as respostas dos discentes, pode-se afirmar que é primordial a participação da família no retorno e na permanência dos alunos na escola. Mediante a isso, a relação dos encarcerados com a família, é a maior motivação na esperança por dias melhores, no processo de ressocialização.

**Gráfico 6:** Qual a atividade eles consideravam mais interessante na escola?



Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa com os alunos internos.



Procurou-se saber se eles têm pretensão de continuarem estudando quando sair da unidade prisional? Todos responderam que sim, de acordo com alguns alunos.

O aluno G responde:

*Sim, que vai estudar e ser bem visto pela sociedade.*

O aluno I Relata:

*Eu tenho porque quero me formar em professor de educação física.*

O aluno J respondeu:

*Estudar e cursar uma faculdade, e dá uma vida melhor para meus filhos.*

Diante do exposto Perguntou-se ainda para os internos estudantes, se eles conheciam alguém que conseguiu melhorar de vida por intermédio dos estudos? Todos foram unânimes em afirmar que *sim*. Alguns apontaram que:

O aluno A:

*Sim, para ser alguém na vida tem que ter sabedoria e conhecimento.*

O aluno E,

*Vários amigos meus que continuaram, conseguiram ser alguém na vida.*

O aluno H,

*Conheço muita gente que mudou de vida depois que saiu do crime e voltou a estudar.*

Por fim, Buscou-se saber ainda como eles se viam daqui a dez anos. Alguns apontaram que:

O aluno B,

*Com melhoras e construir futuro melhor para mim e a família. Eu errei e vou corrigir meu erro, para nunca mais eu errar. Muito obrigado pela oportunidade!*

O aluno G,

*Se eu sair desse lugar aqui em pouco tempo, eu vou terminar meus estudos e vou fazer faculdade de advocacia para eu pode ajudar meus irmãos que estão no sistema prisional.*

O aluno H,

*Como pai de família que batalhou e lutou muito para conseguir realizar os sonhos e dá o melhor para meus filhos.*

O aluno I,

*Eu me vejo uma pessoa transformada pronto para vencer na vida e dar muita felicidade e uma vida melhor para minha família e ser um exemplo de vitória.*

Conforme as respostas dos internos estudantes, conclui-se que a grande maioria da população carcerária provém das camadas excluídas da sociedade, e que enfrentou dificuldades de permanência na escola. Porém, mesmo com todas as adversidades todos formam unânimes em afirmar que conhece alguém que logrou êxito através dos estudos, dessa forma pretendem ter uma vida nova. Assim como foi evidenciado nas respostas dos questionários, alguns despertam interesses pelas mais variadas disciplinas sempre focando no seu desenvolvimento individual.

Convém destacar que a maioria menciona que tem pretensão de dar continuidade aos estudos quando sair do cárcere. Por conseguinte, daqui a dez anos todos ressaltam os mais variados desejos e sonhos, uma vez que eles expõem o intento de melhorar a atual situação que os mesmos se encontram. Neste sentido, é importante destacar as oportunidades que são ofertadas na UPR-Codó, e que cabe a cada um fazer o melhor uso delas.

Em face do exposto, é notório afirmar que a modalidade de ensino EJAI, na UPR-Codó contribui bastante para a possibilidade de ressocialização dos apenados, efetivamente abre portas para reinserção social, e uma vida nova após o cárcere. Mediante a isso, a escola da esperança e os faz acreditar que não a outro caminho se não for por meio da educação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos e Idosos simboliza um percurso para liberdade, especialmente para aquelas pessoas que estão privadas de liberdade, que necessitam de uma pedagogia mais humanitária, Freiriana e Libertadora, além do direito preconizado. Desse modo, faz-se necessário que a prática pedagógica tencione a ressocialização do apenado garantido o exercício da cidadania, de forma que não se constitui exclusivamente só de qualificar o aluno para uma vida profissional, contudo, educar para a vida em sociedade.

A partir deste estudo foi possível chegar a algumas respostas sobre os desafios e possibilidades do ensino praticado na Unidade Integrada Municipal Desembargador Sarney de Araújo Costa anexo UPR- Codó. Em relação ao atendimento dos alunos, constatou-se que a instituição oferta curso do primeiro e segundo segmentos do Ensino Fundamental, no turno vespertino. Em relação ao perfil e outras questões relacionadas a atuação das professoras que trabalham na instituição, observou-se que ambas possuem formação em nível superior e que recebem formação específica para a EJA com regularidade. Mesmo assim, as educadoras revelaram que a abordagem de temas complexos como o crime e a salas multiseriada dificultam o desenvolvimento do trabalho. Esses indicadores são pertinentes e reforçam a necessidade da oferta de formação contínua e do uso de metodologias e estratégias específicas para atender esse público. As professoras pesquisadas também relataram que o currículo adotado atende às necessidades dos alunos e que, embora muitos estejam na escola pelo benefício da remissão de pena, alguns deles demonstram interesse pelos estudos.

O estudo mostrou que os internos possuem poucas lembranças das suas trajetórias escolares. Além disso, a grande maioria confidenciou que enfrentou dificuldade em permanecer na escola, pois precisava trabalhar para ajudar no sustento da família. Dessa forma, nota-se que a evasão escolar como um fator social e elemento comum nas histórias de vida dessas pessoas.

A maioria dos internos ressaltou que o principal motivo para retornarem para escola no cárcere foi à necessidade de aprender ler e escrever, da mesma forma quando saírem do cárcere pretende dá seguimento nos estudos. Eles afirmaram notadamente que sabem da importância da escola no desenvolvimento humanos já que todos conhecem alguém que logrou êxito através dos estudos, desse modo destacam a oportunidade que estão tendo por meio dos inúmeros cursos voltados para formação educacional na UPR- Codó.

Nessa lógica, fica evidente que todos têm sonhos de prosperar a partir dos estudos e superar todas as dificuldades por meio da educação. Assim, a pessoa que está no cárcere, ganha

ferramentas que levam a entender o seu papel na sociedade. No entanto, os alunos internos que cursam essa modalidade de ensino sabem o quanto e enorme o preconceito da sociedade, sendo eles estereotipados pela grande massa, que expressam que quem cometeu crime é um caso perdido e que não tem mais recuperação. Mediante a isso, a sociedade tem que ter o entendimento que, além do benefício, a educação no sistema prisional é um direito constitucional, que deve ser respeitado, e ter acesso a escola e algo necessário e indispensável seja em qual contexto o sujeito esteja inserido. Além do mais, percebe-se que diferentemente das escolas normais da EJAI, a escola no sistema prisional tem toda uma particularidade que requer uma participação de todos desde direção, passando pelas assistências social, psicológica, jurídica, chegando até os agentes e auxiliares prisionais.

A experiência com essa pesquisa permite acreditar que em qualquer circunstância de sua vida, a educação é possível e necessária ao homem, uma vez que, por intermédio da educação o indivíduo tem a oportunidade de transformar sua vida e conseqüentemente, as vidas de seus familiares. Desta maneira, a escola pode contribuir para humanização do educando, direcionado para o regresso na vida em sociedade, visto que a escola vai muito além de um lugar de aprendizagem, assim segundo relatos dos internos ela representa a esperança por uma vida melhor e mais digna. Sendo assim, alguns detentos consideram que com uma boa educação eles sejam capazes de serem reintegrados na sociedade, pois segundo relatos de alguns apenas eles afirmam que migraram para o submundo por falta de instrução, de uma boa educação, em vista disso constata-se que eles sabem da importância do aprendizado no tempo certo poderia ter mudado a vida de muitos.

É importante ressaltar que a implementação desse projeto permitiu compreender que a verdadeira liberdade só é conquistada a partir do estudo, sendo o conhecimento uma das coisas mais importante que a pessoa pode adquirir. No entanto, para que esse direito seja assegurado faz-se necessários mais investimentos em políticas públicas voltadas para uma educação de qualidade. Assim, não se gastaria tanto na construção de presídios. Ou seja, no momento em que se abre uma escola, fecha-se uma porta na prisão, desse modo deve-se educar quando criança para não o punir quando adulto.

Ressalta-se aqui, que essa modalidade de ensino contribui bastante para a ressocialização das pessoas que encontram-se custodiadas. Dessa forma, a pesquisa responde positivamente aos objetivos da pesquisa e dá espaço para que novas pesquisas se desenvolvam no sentido de ampliar a visão sobre a modalidade de ensino que é ofertada na instituição.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Howard S. **Uma teoria de Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988\\_05.10.1988/con1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf). Acesso em: 13 maio 2019.

BRASIL. **Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 14 jul. 2006. Disponível em: . Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 27 jun. 2011. Disponível em: . Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL. **Lei Federal n. 10.172/2001**. Aprova Plano Nacional de Educação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. **Lei Federal n. 9.394/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <http://portal.mec.gov/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/CEB n. 11/2000**. Trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proeja\\_parecer112000.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proeja_parecer112000.pdf). Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional da Educação. **Resolução CNE/CEB n° 01/2000**, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de julho de 1984.

CARVALHO, Carolina Coimbra de. **Juvenilização na EJA: significados e implicações do processo de escolarização de jovens**. 2017. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

CODÓ. Secretaria de Educação, Ciências e Tecnologia. **Lei n° 001/2017 CME de 31 de maio de 2017**. Reconhece a sigla EJAI (Educação de Jovens, Adultos e Idosos). Codó, SEMECTI, 2017.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução**: discutindo conceitos básicos. *In*: SEED-ME - Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

DOURADO, Alex da Silva. **Fatores estruturais das políticas de EJA que impactam na permanência e nas interrupções do percurso escolar dos alunos de EJA**. 2013. 83 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Carinhanha, BA, 2013.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque, BRITTO, Jader de Medeiros (org.) **Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**, em 1999, de db Capani 2003

FOUCAULT. Michael. **Vigiar e Punir: nascimento na Prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. Educação de adultos: algumas reflexões. *In*. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E (orgs) **Educação de Jovens e Adultos: teoria, rática e proposta**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 21-24.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a pratica educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1997.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação do Maranhão. Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária. **Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Maranhão**. São Luís, MA, 2012 – 2014. Disponível em: <http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/educacao-no-sistema-prisional/planos-estaduais--de-educacao-nas-prisoas/peep-ma.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MARANHÃO. **Lei N° 10. 999 de junho de 2014**. Aprova o Plano Estadual de Educação- PEE- MA. Disponível em: [https://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/05/suplemento\\_lei-10099-11-06-2014-PEE.pdf](https://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/05/suplemento_lei-10099-11-06-2014-PEE.pdf). Acesso em 15 maio 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação do Maranhão. **Parecer n° 118/2002 - Conselho Estadual de Educação (CEE-MA)**. Autoriza a oferta de alfabetização na modalidade EJA. São Luís, 2002.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação do Maranhão. **Resolução n° 262/ 2007- CEE-MA**. São Luís, 2007a.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação do Maranhão. **Parecer n° 313/2007**. São Luís, 2007b.

MOURA, Maria da Gloria Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1973.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Maria de Fátima Ribeiro dos; SANTOS, Saulo Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. São Luís: UemaNet, 2010. p. 67.

STEPHANOU, Maria; BASTO, Maria Helena (orgs). **História e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos - 1997**: Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, Hamburgo, 1997. 1997. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-de-hamburgo-sobre-educacao-de-adultos.html>. Acesso em: Acesso em: 30 maio 2019.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 25 abr. 2020.



## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está convidado a participar de um estudo acadêmico intitulado: Os desafios e possibilidades do ensino praticado na escola que está localizada no interior da Unidade Prisional de Ressocialização de Codó. Este estudo será realizado pelo discente: Silvio Reis Matos de Souza, do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus VII- Codó/MA, sob a orientação da professora Mestra, Maria Evelta.

A participação nesse estudo não acarretará ao entrevistado nenhum tipo de risco, tendo em vista que o anonimato de todas as pessoas que participarem desta pesquisa será devidamente preservado, bem como os nomes que forem mencionados durante a entrevista, de modo que os participantes não sejam identificados. A participação nesta pesquisa é voluntária, tendo o participante o direito pleno de se recusar a participar.

Em caso de dúvidas relacionadas ao presente estudo e ao andamento da pesquisa, o participante poderá entrar em contato com o discente através do e-mail: sreisms01@gmail.com, participante recebeu uma via deste documento. Desde já registramos o nosso agradecimento por sua colaboração na realização deste projeto de pesquisa, ressaltamos que os resultados do estudo nos ajudarão a compreender melhor como a escola pode auxiliar na isenção social dos internos da UPR-Codó.

Atenciosamente,

Silvio Reis Matos de Souza  
Graduando em Licenciatura em Pedagogia: UFMA-Campus Codó

Eu, \_\_\_\_\_ Concordo em participar deste estudo descrito acima.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do discente – pesquisador

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COM O DOCENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CAMPUS VII – CODÓ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Tendo em vista a concretização do trabalho de conclusão de curso e nele, discutir o título **OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ENSINO PRATICADO NA UNIDADE PRISIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO DE CODÓ NA MODALIDADE DE ENSINO EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS) uma análise da escola: que se localiza na Unidade prisional de ressocialização de Codó** solicito sua contribuição para responder este questionário, ficando mantido o sigilo e o anonimato dos contribuintes.

### QUESTIONÁRIO COM O DOCENTE

Favor marcar com um X somente em uma única resposta que melhor se apresente para você.

1. Curso de Formação mais relevante?

Graduação

Especialização

Mestrado

Outro \_\_\_\_\_

2. Há quanto tempo leciona na unidade prisional?

1 ano ou menos

mais de 1 a 3 anos

mais de 3 a 5 anos

mais de 5 a 10 anos

4. Quais as etapas atendidas?

1º Seguimento ( alfabetização ao 5º ano )

2º Seguimento ( 6º ao 9º ano )

Turma multisseriada

Outros

5. Em sua opinião, o que motivou os internos a procurarem a EJAI?

( ) diminuição da pena

( ) necessidade de aprender a ler e escrever

( ) possibilidade de transformação social

( ) outro. Especificar \_\_\_\_\_

6. você se sente totalmente preparado(a) para atuar nesta modalidade de ensino?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. Com que frequência ocorre a formação para os professores da EJA?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. Quais os principais desafios do trabalho na unidade prisional?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9. Os internos são incentivados pelos familiares continuarem na escola?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10. Em sua opinião, o currículo da EJA atende as necessidades dos alunos, viabilizando a sua ressocialização e reintegração na sociedade como cidadãos ativos e participativos?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO COM O DISCENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CAMPUS VII – CODÓ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Tendo em vista a concretização de trabalho de conclusão de curso e, nele, discutir o título **OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ENSINO PRATICADO NA UNIDADE PRISIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO DE CODÓ NA MODALIDADE DE ENSINO EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS): uma análise da escola: que se localiza na Unidade na Unidade Prisional de Ressocialização de Codó** solicito sua contribuição para responder este questionário, ficando mantido o sigilo e o anonimato dos contribuintes.

### QUESTIONÁRIO COM DISCENTE

Favor marcar com um X somente em uma única resposta que melhor se apresente para você.

1. Qual seu estado Civil?

( ) solteiro

( ) casado

( ) divorciado

( ) outro \_\_\_\_\_

2. Qual a sua faixa etária?

( ) 18 a 29 anos

( ) 30 a 39 anos

( ) 40 a 49 anos

( ) 50 anos ou mais

3. Escolaridade?

( ) não alfabetizado

( ) Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

( ) Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)

( ) outro \_\_\_\_\_

4. Caso tenha estudado na infância ou adolescência, por qual motivo parou?

( ) procurar um trabalho

( ) passagem na cadeia

( ) teve que morar na zona rural

( ) outro \_\_\_\_\_

5. Quais motivos o levaram a retornar para escola na Unidade Prisional de Ressocialização de Codó na modalidade EJA?

( ) diminuição da pena

( ) necessidade de aprender a ler e escrever

( ) possibilidade de transformação social

( ) outro. Especificar \_\_\_\_\_

6. Você recebe incentivo de familiares ou de outras pessoas para continuar na escola?

---

---

7. Qual a atividade você considera mais interessante na escola?

---

---

8. Você tem pretensão de continuar estudando quando sair da unidade prisional?

---

---

9. Você conhece alguém que conseguiu melhorar de vida por intermédio dos estudos?

---

---

10. Como você se vê daqui a 10 anos?

---

---